

# **TELEVISÃO PARA CRIANÇAS EM PORTUGAL: CRITÉRIOS E TENDÊNCIAS DE PROGRAMAÇÃO**

**Sara Pereira**

**Universidade do Minho**

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade**

**Portugal**

## **1. Introdução**

O estudo da televisão para crianças levanta, inevitavelmente, questões sobre as funções culturais e sociais da televisão, bem como sobre a forma como a infância é definida e construída. Nas últimas décadas assistimos a mudanças significativas em ambas as áreas. Se a televisão mudou sobretudo a partir da década de 80 (em Portugal, principalmente no início dos anos 90), também os contextos da infância sofreram mudanças, quer em termos das estruturas sociais das famílias e das comunidades, quer em termos de valores, de identidades e de consumo.

As perspectivas contemporâneas de estudo da infância defendem claramente que esta é um fenómeno social e não natural, pois ela é entendida como uma construção social delimitada por fronteiras que variam através do tempo e de sociedade para sociedade, relacionando-se com um contexto cultural específico. A infância não é uma categoria homogénea – o que significa e a forma como é vivenciada depende de factores como o género, a raça ou etnia, a classe social, a área geográfica, entre outros.

Nas últimas duas ou três décadas os contextos e as formas de vida das crianças sofreram alterações significativas a vários níveis: a família alargada foi sendo substituída pela família nuclear; as famílias monoparentais assumiram uma expressão crescente em consequência da extensão da prática do divórcio que, por sua vez, dá origem ao aparecimento de uma nova categoria familiar, ou seja, as ‘famílias recompostas’. Em alguns casos perdeu-se também o ‘apego’ à família extensa e, portanto, a espaços vitais de relação, o que afecta também a vivência da infância e as interacções familiares do grupo familiar mais restrito. O poder que os meios de comunicação alcançaram – em particular a televisão – é também um factor configurante

da situação e um factor estruturante das próprias rotinas familiares que afecta, logicamente, os estilos de vida das famílias (Pereira, 1999).

No que diz respeito ao sistema televisivo português, este sofreu, no início da década de 90, uma importante reestruturação, passando de um sistema de monopólio a um sistema misto, no qual coexiste o serviço público e o comercial. O fenómeno da concorrência entre os canais, que surgiu com o novo panorama, contribuiu, segundo vários autores, para a criação de uma cultura televisiva caracterizada pela banalidade e pela superficialidade, ameaçando a qualidade e a diversidade da programação. Neste ambiente, a programação dos canais públicos começou a seguir critérios comerciais e a ceder à lógica dos índices das audiências.

Atendendo a esta conjuntura, tornou-se necessário analisar a situação da programação de um público que, segundo parece, se interessa cada vez menos pelos programas que lhe são dirigidos. A realização deste estudo baseou-se no princípio de que a televisão é uma instituição socialmente construída, produzindo, nas suas vertentes institucional, tecnológica e discursiva, uma determinada realidade e uma determinada representação simbólica da cultura e da sociedade. Teve-se em consideração as mudanças que ocorreram, e continuam a ocorrer, quer no sistema televisivo, quer na vida das crianças, nos seus mundos sociais e culturais, no processo de socialização e nas redes de mediação.

A relação entre as crianças e os media, particularmente a televisão, tem sido objecto de estudo e de investigação científica em diferentes contextos sócio-culturais, embora seguindo diferentes orientações teóricas e metodológicas. Em Portugal, apesar de esta temática estar presente, com alguma frequência, no discurso e debate públicos, ela continua ainda relativamente arredada das preocupações dos investigadores. Regista-se uma discrepância notável entre os níveis de preocupação pública sobre a influência da televisão nas crianças e os usos que estas fazem daquele meio, por um lado, e a escassez de investigação empírica sobre a matéria, por outro. Ciclicamente, levantam-se vozes a denunciar a falta de qualidade da programação televisiva para as crianças e a reivindicar melhores programas para os mais pequenos, mas a investigação tem permanecido praticamente no 'silêncio'. No nosso país, esta área continua a ser uma 'área menor' da investigação e da decisão.

## 2. Contextualização do Objecto de Estudo

Ocupando a televisão um lugar tão relevante no quotidiano das crianças, não será de estranhar que se expressem múltiplas preocupações em torno deste meio e que a investigação a tome como um dos seus objectos de estudo.

A nível mundial, a televisão para crianças tem sido estudada de diferentes ângulos e seguindo vários tipos de metodologia. Os estudos centram-se, sobretudo, na análise da programação e dos programas que são emitidos, na abordagem de questões como a violência e a publicidade nos espaços para os mais novos, na reflexão e na discussão dos critérios para uma programação de qualidade, no debate sobre a (des)regulamentação da oferta e na identificação das vantagens e desvantagens de uma indústria televisiva global.

Embora o estado da investigação seja diferente de país para país, verificando-se um maior desenvolvimento em regiões como a América do Norte, a Austrália, o Japão e em alguns países da Europa, por todo o mundo, os investigadores têm pintado o cenário da televisão para as crianças com as mesmas tonalidades: maior oferta de programas, devido sobretudo aos canais por cabo, acompanhada de um decréscimo da qualidade e da diversidade ao nível dos géneros, dos formatos, dos conteúdos e dos públicos-alvo; domínio da animação, principalmente de origem norte-americana e japonesa; abandono gradual de certos géneros, nomeadamente o informativo; grande desproporção entre a oferta de programas de produção nacional e de programas importados; tendência para a emissão de programas associados a um forte *merchandising*.

Alguns autores têm também alertado para o facto de os programadores optarem por eliminar programas para audiências muito específicas em benefício de outros susceptíveis de interessar a uma audiência mais alargada. Kunkel (1993, p. 273), no início dos anos 90, criticava a televisão americana precisamente pela pouca diversidade na oferta de programas para crianças, afirmando que a programação para a infância se reduzia a séries de aventuras e comédias de situação, sob a forma de desenhos animados.

Como observa Berry (1993, p. 294) a este propósito,

“as crianças, tal como os adultos, desejam que a televisão lhes ofereça uma diversidade de formatos e de estilos. (...) As crianças, tal como os adultos,

precisam que os programas que lhes são dirigidos apostem na diversidade criativa ao nível dos conteúdos, dos estilos, dos formatos e das personagens. As crianças precisam também de uma programação que estimule a sua imaginação, apoie o seu desenvolvimento social, as informe sobre o seu lugar no mundo, as introduza no mundo dos outros, e lhes ofereça conteúdos que as motive a lutar pelas suas ideias. Todas estas necessidades devem, é claro, ser colocadas num quadro de entendimento de que as crianças não são miniaturas ou pequenos adultos, mas meninos e meninas que devem ter um tipo de programas que vá ao encontro dos seus estádios de desenvolvimento social, psicológico e físico”.

A perspectiva teórica do estudo situa-se predominantemente no campo das ciências sociais, designadamente das ciências da comunicação e da sociologia da infância.

### **3. Pontos de partida**

O estudo teve também presente que a televisão é um produto socialmente construído em função de interesses específicos, de orientações programáticas e de estratégias de controlo. A televisão, considerada por Perez Tornero (1994) como instituição, tecnologia, linguagem e discurso, produz uma determinada representação da realidade (que é apropriada de modos distintos pelos diferentes grupos sociais) em função de recursos e de regras diferenciadas, de um quadro concorrencial de mercado, assim como de diferentes formas de propriedade e de controlo. Como refere Pinto (1995: 400),

“as tendências gerais que prevalecem num determinado momento, no plano da programação televisiva, são resultado de escolhas e de critérios que decorrem, em certa medida, de relações de poder e de (inter)dependência, cada vez mais com um âmbito trans-nacional. Por conseguinte, tais tendências estão longe de ser ‘naturais’ ou resultado de uma qualquer natureza ou essência do meio televisivo; resultam, antes, de um determinado processo histórico que tem vindo a marcar as sociedades ocidentais”.

No que diz respeito à programação, na medida em que esta actividade é um fenómeno de natureza sócio-histórica, tornou-se necessário, para contextualizá-la, considerar as circunstâncias espaço-temporais em que se produz. A programação de um determinado canal pode ser condicionada pelas características sócio-políticas do momento em que esse canal opera. Por outro lado, há que ter em conta que a programação assume também uma dimensão de natureza cronológica, ou seja, muda diária, semanal e sazonalmente. Neste sentido, há que considerar o tempo cronológico em que essa programação se produz: a altura do ano, os dias da semana e as faixas horárias que compõem os espaços televisivos oferecidos à audiência, neste caso, infantil. Considerou-se também o facto de este tempo cronológico ser também um tempo social na medida em que não é apenas o relógio e o calendário que determinam a programação, mas também os ritmos e estilos de vida da audiência potencial.

Um outro aspecto considerado foi o facto de as televisões actualmente elaborarem as suas grelhas de programação tendo como base fundamental os resultados da audimetria. Dado que as programações operam com lógicas que procuram adequar os produtos (programas) aos gostos, preferências e hábitos da audiência, estes não podem ficar à margem no trabalho de construção da grelha de programação. Também a publicidade, como importante recurso de financiamento das televisões, intervém e condiciona a construção da grelha e o próprio ritmo televisivo.

Estes são alguns pontos de partida situados do lado do emissor. Todavia, o estudo partiu também de alguns pressupostos que implicam o receptor ou a recepção televisiva.

Assim, partiu-se do princípio que a televisão ocupa um lugar de grande destaque no quotidiano das crianças, tal como documentam estudos desenvolvidos em Portugal e noutros países. As crianças são, muitas vezes, obrigadas a ocupar uma boa parte do seu dia e dos seus tempos livres a ver televisão, entregues a si mesmas, sem mais nada para fazer, sem outras alternativas (Pinto, 1995; Pereira, 1999).

Também de acordo com vários estudos, as crianças consideram que aprendem 'alguma coisa' com a televisão, identificando programas dirigidos à infância como exemplo do que se aprende. Todavia, há programas gerais que conseguem entre as crianças audiências superiores ou idênticas às dos programas infantis mais vistos. De uma forma geral, as crianças vêem esses programas acompanhadas por familiares, ao

contrário do que acontece com a programação infantil que, normalmente, é vista pela criança sozinha ou na companhia de irmãos.

Para pensar e analisar as questões relacionadas com a programação infanto-juvenil tornou-se, pois, necessário ter em consideração estas dimensões, no sentido de analisar as tendências e as implicações detectáveis neste tipo de programação decorrentes da liberalização da actividade televisiva e da disputa pelas audiências, num país que saiu apenas há uma década da situação de monopólio estatal. Convém referir que segundo o quadro legislativo português, no que às crianças diz respeito, apenas o serviço público de televisão se encontra expressamente obrigado a considerar a produção e emissão de programas dirigidos ao público infantil.

#### **4. Objectivos e questões de investigação**

Com a realização deste estudo pretendeu-se averiguar o que aconteceu de significativo na televisão para crianças em Portugal. Continuando o caminho já percorrido por Cristina Ponte entre 1957 e 1991, pretendeu-se identificar as principais tendências da programação para a infância emitida pelos quatro canais generalistas no período compreendido entre 1992 e 2002; mais precisamente, conhecer os critérios implicados na elaboração da programação dirigida aos mais novos, incluindo quer as orientações seguidas na produção e/ou aquisição de programas, quer na ‘localização’ destes na grelha de programação geral.

Mais especificamente, o estudo teve como objectivos:

- contribuir para o conhecimento da programação televisiva para a infância no quadro da televisão portuguesa;
- contribuir para o conhecimento da relação da televisão com a sociedade;
- conhecer e caracterizar a evolução da programação televisiva para crianças em Portugal;
- analisar (comparativamente) a programação para a infância oferecida pelos 4 canais (RTP1, RTP2, SIC, TVI);
- analisar os tempos de emissão e a sua relação com o quadro geral da programação;

- caracterizar e comparar as linhas de programação televisiva para as crianças (nos 4 canais hertzianos);
- construir um quadro analítico-teórico que permita identificar as tendências da programação para a infância nos 4 canais nos anos 90;
- conhecer a proveniência, competências e estatuto dos profissionais ligados à programação para a infância;
- conhecer as filosofias orientadoras e as opções dos responsáveis por esta programação ao longo do período de tempo considerado e saber como estes responsáveis definem a audiência infantil.

Atendendo a este conjunto de objectivos; atendendo a que vários estudos documentam o papel significativo que a televisão tem na vida das crianças; e atendendo ainda a que um dos factores que condicionam o uso da televisão reside na programação disponível, equacionaram-se as seguintes questões:

O que ocorreu de significativo na programação destinada aos mais novos – em termos de origem, géneros, conteúdos, formatos, duração e horários – com a entrada dos operadores privados de televisão? Que tendências são observáveis no plano dos conteúdos, do tempo, da localização desses tempos na grelha horária?

Existe ou não, ao nível da oferta, uma pluralidade de produtos, em géneros, formatos e conteúdos, capazes de interessar e de ir ao encontro às necessidades e capacidades dos diferentes segmentos etários? Em que medida aquilo que Kunkel (1993) apontava à televisão americana (a redução da programação para a infância a séries de aventuras e comédias de situação sob a forma de desenhos animados) se aplica a Portugal, recém-saído da situação de monopólio estatal? E qual a atenção dedicada pelos quatro canais aos diferentes tipos de público infantil?

Será que a lógica de serviço público na programação para crianças é a mesma que a dos canais de televisão generalistas privados? Ao longo do período em análise, acentuaram-se clivagens ou convergiram lógicas?

Existe, em todos os canais, um departamento ou serviço específico voltado para os mais novos? Quais as competências especializadas e qual o estatuto dos profissionais

afectados à programação para a infância? E qual a visão que estes profissionais têm da audiência infantil?

Por último, em que medida o apagamento da programação para a infância, anunciado por vários autores, se traduziu nas políticas de oferta em Portugal?

## **5. Opções metodológicas e contexto do estudo**

O estudo contemplou a programação infanto-juvenil emitida entre 1992 e 2002 pelos quatro canais generalistas portugueses – RTP1 e RTP2<sup>1</sup> (Canais públicos), SIC e TVI (canais privados).

Pretendeu-se conhecer não apenas o *quanto* e o *que é* oferecido às crianças pelas estações televisivas, mas também o *porquê* e o *como*. Este objectivo pressupôs o recurso a uma metodologia assente em abordagens quantitativas e qualitativas. As primeiras centram-se na análise de fontes documentais – anuários das televisões, grelhas de programação de revistas especializadas em televisão (TVGuia e TVMais), dados audiométricos – enquanto as segundas se baseiam na análise de entrevistas (N= 26) realizadas a programadores, produtores, guionistas, apresentadores, entidades reguladoras, investigadores, críticos de televisão e consumidores.

A informação proveniente das fontes documentais, que permitiu detectar tendências, encontrar médias e fazer relações, foi complementada com os dados provenientes das entrevistas. Da forma como o projecto de investigação foi concebido e realizado, só o entrosamento da informação recolhida através destes dois métodos, que se completam mutuamente, permite uma adequada perspetivação da programação para a infância, questão central deste estudo.

## **7. Apresentação e discussão dos principais resultados**

Não sendo possível apresentar aqui a totalidade dos resultados do estudo nem fazê-lo com profundidade, optou-se por apresentar apenas uma parte dos dados.

Os resultados referentes à análise da oferta televisiva para a infância dos quatro canais hertzianos portugueses sugerem que a mesma se apresentou muito irregular ao

---

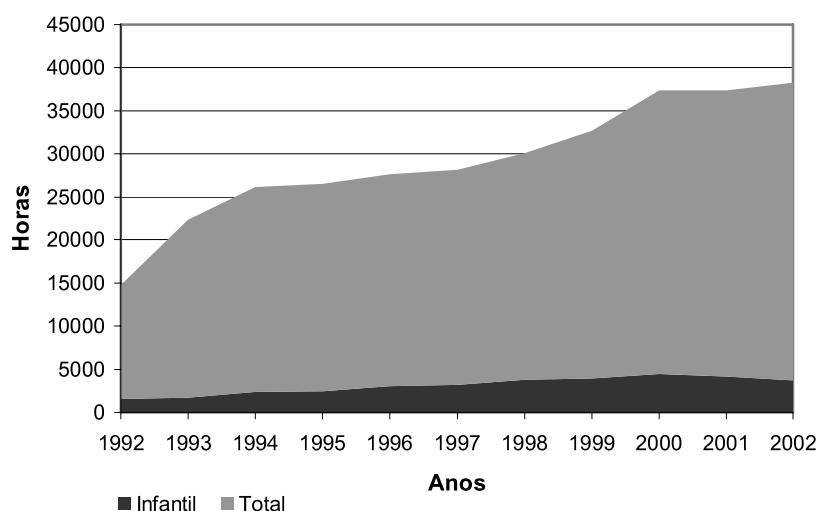
<sup>1</sup> A partir de 5 de Janeiro de 2004 a RTP2 deu lugar a um novo canal denominado 2:



longo dos 11 anos em estudo. A tendência mais evidente e mais consistente observa-se ao nível do tempo de programação, que sofre um aumento significativo. Contudo, há que ter em linha de conta que este aumento emerge por detrás de um aumento geral das horas de programação, sendo necessário considerar a proporção entre a oferta televisiva para crianças e a oferta geral (Figura 1).

Figura 1

**Tempos totais de emissão e tempos de emissão infantil e juvenil, 1992 – 2002**  
**Conjunto dos 4 canais**



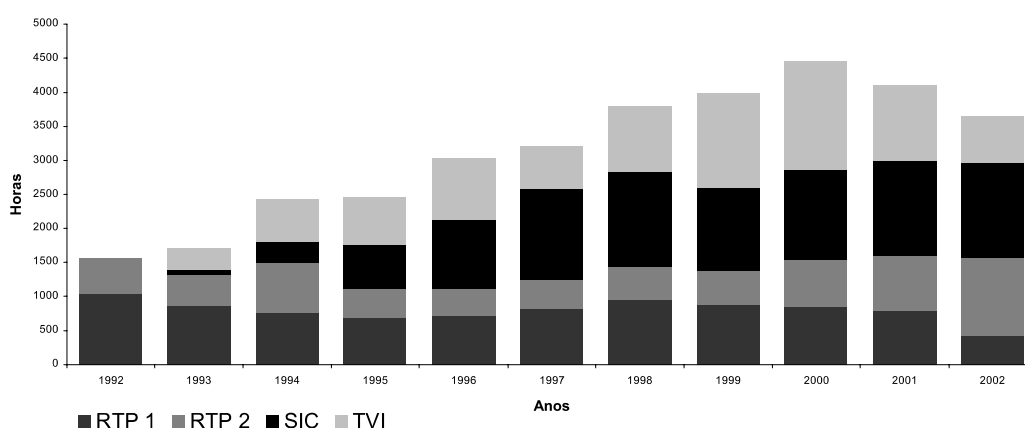
Fonte: *Anuários RTP* (ano 1992) e *Marktest Audimetria* (anos 1993-2002)

Analisando a evolução da oferta da programação e a sua distribuição pelos quatro canais nos anos em estudo (Figura 2), verifica-se um acréscimo significativo e gradual do tempo de emissão infantil no total dos canais, registando-se, nos dois últimos anos, uma tendência de descida provocada sobretudo pela redução da oferta da TVI. A diminuição do tempo de emissão registada na RTP1 é contrabalançada pelo aumento ocorrido na RTP2. Entre 1993 (primeiro ano em que os 4 canais operam simultaneamente) e 2000, o tempo de programação infantil mais que duplicou, ficando este aumento a dever-se sobretudo aos tempos de emissão dos canais privados SIC e TVI. Os dois canais da televisão pública, que, nos primeiros três anos de abertura do mercado aos operadores privados, ofereciam, no seu conjunto, mais de 50% do tempo de emissão infantil e juvenil, vêm, a partir de 1995, esta posição inverter-se a favor dos

privados, que aumentaram anualmente os tempos de emissão para o público mais jovem. A partir desse ano (1995), o somatório dos tempos de emissão dos dois canais públicos é sempre inferior ao somatório dos tempos de emissão dos dois canais privados, sendo mesmo, na maioria dos anos, inferior aos tempos de emissão de um único canal privado (SIC ou TVI). A partir de 2000, e sobretudo em 2002, a RTP aumenta o seu tempo de emissão infantil e juvenil graças ao tempo que a RTP2 consagra ao público mais jovem, aproximando-se do tempo disponibilizado pela SIC e superando a oferta da TVI.

Figura 2

**Tempos de emissão infantil e juvenil nos quatro canais, 1992 – 2002**



Fonte: *Anuários RTP* (ano 1992) e *Marktest Audimetria* (anos 1993-2002)

Um outro aspecto a salientar, e que os gráficos relativos aos tempos e à proporção encobrem, é o facto de este aumento ter sido feito, nalguns períodos e nalguns canais (sobretudo nos privados), à custa de repetições. Esta estratégia permite às estações aumentar consideravelmente o tempo de emissão para os mais novos sem custos adicionais no orçamento.

Este aumento dos tempos de programação contrasta com as perspectivas dos autores (nomeadamente, Corset e Meissonier, 1991; Blumler, 1997) que consideram que a televisão para crianças está em risco de desaparecer à medida que nos orientamos para um sistema multi-canais mais comercial. Há, no período em análise, mais televisão para crianças, do que alguma vez houve, nos canais generalistas embora a proporção de programas para crianças não tenha, de facto, aumentado significativamente em relação à

oferta televisiva no seu conjunto. A maior parte deste aumento ocorreu devido ao aparecimento, no início da década, das estações privadas, sem contabilizar ainda o peso do acesso crescente dos canais específicos para a infância na televisão por cabo.

Face a este aumento quantitativo, foi necessário também identificar onde é que esse aumento ocorreu e onde é que os programas se localizam nas grelhas de programação.

Olhando para a forma como se distribuem aqueles tempos durante os dias úteis e o fim-de-semana (Figuras 3 e 4), verifica-se que embora ao longo dos anos se registre um aumento dos tempos de programação infantil em ambos os períodos, esse aumento é mais acentuado nos dias úteis. Os tempos de emissão ao fim-de-semana apresentam-se mais estáveis ao longo dos anos, constatando-se que nos anos mais recentes são relativamente próximos dos tempos de emissão de há nove anos atrás. Até 1998, o tempo médio diário de programação emitida pelos quatro canais ao fim-de-semana foi superior ao tempo médio diário de programação nos dias úteis, situação que se inverteu a partir deste ano até 2001. Esta inversão resulta de um aumento da programação emitida nos dias de semana e não de um decréscimo do tempo de programação emitida aos fins-de-semana. Em 2002, os tempos médios de programação emitida nos dois períodos são equivalentes.

### Tempo médio diário de programação infantil e juvenil

Figura 3

Dias úteis

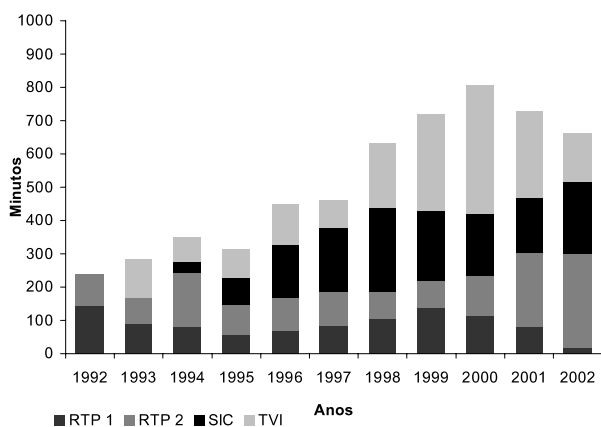
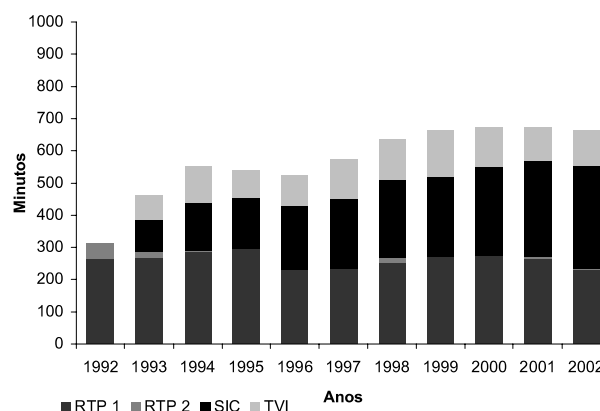


Figura 4

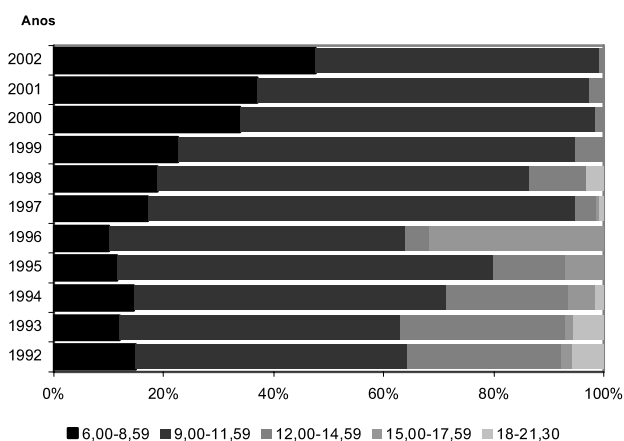
Fim-de-semana



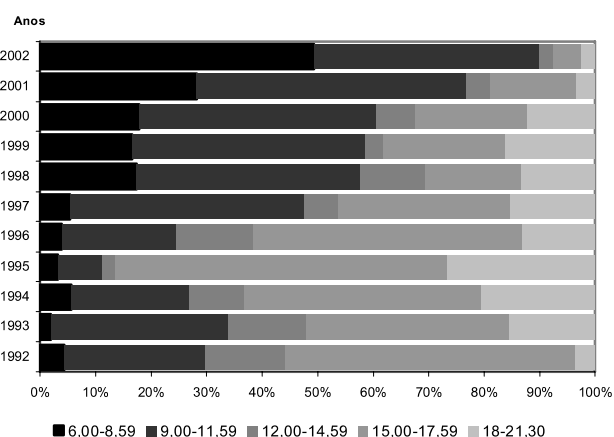
As Figuras 5 e 6 apresentam a distribuição percentual dos tempos de programação infantil e juvenil do conjunto dos quatro canais ao longo do dia, diferenciando-se os dias úteis dos de fim-de-semana.

**Programação infantil e juvenil por segmento horário no conjunto dos canais,  
1992-2002**

**Figura 5  
Fins-de-semana**



**Figura 6  
Dias úteis**



Pode-se considerar que a programação das manhãs de fim-de-semana constitui uma 'tradição' da televisão para crianças em Portugal. Esta 'tradição' tem sido assumida por todas as estações generalistas – pública e privadas – que têm mostrado atenção e interesse em fidelizar o público infantil aos sábados e domingos de manhã, períodos em que este público tem maior disponibilidade (e será o mais disponível) para ver televisão. É interessante verificar que a programação infantil e juvenil de fim-de-semana conquistou, desde o início do período em análise, um espaço regular e assíduo nas grelhas de programação, ao contrário do que se observa nas grelhas dos dias úteis, em que os programas infantis alternam irregularmente, estando com frequência à mercê da programação para outras audiências.

Verifica-se também que a programação infantil segue um ciclo diário, semanal e sazonal. As estações televisivas operam com base numa lógica de sequencialidade horária, baseada na repetição diária e semanal do mesmo tipo de espaços.

O período de maior expansão da programação infantil foi o das manhãs dos dias de semana. Todavia, este crescimento verificou-se sobretudo nas margens das grelhas de programação. Quer durante a semana, quer ao fim-de-semana, a programação infantil começa cada vez mais cedo, posicionando-se e concentrando-se num período em que as crianças representam a audiência maioritária, comparativamente com outras audiências.

Os dados mostram também que passamos de um período de aumento do tempo de emissão para crianças, durante o período da tarde, para um decréscimo gradual, até ao seu completo desaparecimento. A programação infantil foi, assim, perdendo o seu espaço no período considerado por vários autores como crucial num serviço de televisão para crianças. Como diz Buckingham (1999, p. 94), “a oferta de programação infantil em horários em que as crianças têm disponibilidade para ver televisão é o indicador chave do compromisso dos programadores para com a audiência infantil”.

O desaparecimento dos infantis das grelhas da tarde coincidiu com a efectiva implementação da componente de apoio à família nos jardins-de-infância da rede pública. Sendo provável que, com esta medida, haja cada vez menos crianças em casa a partir do meio da tarde com disponibilidade para ver televisão, não dispomos todavia de dados que nos permitam concluir que esta situação tenha contribuído efectivamente para um menor número de crianças telespectadoras nesse período. O que é certo é que a alteração das grelhas teve por trás imperativos económicos, como nos confirmou, aliás, quer o Director Adjunto de Programas da SIC quer a responsável pelas compras no estrangeiro da TVI, nas entrevistas que nos concederam para esta pesquisa. Tendo os índices de audiência revelado uma quota de audiência infantil baixa no período vespertino e a existência de outro tipo de públicos disponíveis para ver televisão nesse período, e sendo mais fácil e mais rentável ‘vender’ aos anunciantes espaço televisivo para este tipo de público adulto, as estações privadas não hesitaram em eliminar das grelhas da tarde os programas para crianças. A programação de fim de tarde começou a ser preenchida por programas de ficção, nomeadamente telenovelas, que pretendem cativar quem está em casa o dia todo, quem regressa a casa nessa altura e procura sobretudo programas ligeiros (*light programs*), e as próprias crianças que, de uma forma geral, aderem a este tipo de produtos.

O público infantil não é um *target* comercial equiparável ao dos públicos adultos; é um grupo muito específico, que discrimina ou expulsa outras audiências da sintonia do canal em que os programas infantis estão a ser emitidos.

O desaparecimento gradual da programação no período da tarde parece, pois, estar relacionado com a percepção, por parte das estações, de que há *targets* mais valiosos em termos comerciais com disponibilidade para ver televisão nesse mesmo período. A audiência infantil não escapa às lógicas de rentabilidade que atravessam a produção e a difusão televisiva.

Ou seja, a concentração da programação infantil no segmento do início da manhã, de menor consumo (pelo menos durante a semana), e a ausência deste tipo de programas em horários de máxima audiência mostram que as estações programam para as crianças quando não há adultos disponíveis para ver televisão; quando as crianças estão disponíveis para ver televisão, só se programa para adultos ou para a família, sabendo que as crianças tendem a ver o que os familiares adultos vêem.

As crianças são, cada vez mais, vistas como incorporadas na audiência familiar, uma situação que Pierre Corset e Anne-Marie Meissonier haviam já detectado, no início da década de noventa, como uma tendência emergente na oferta televisiva para os mais novos em França. Assiste-se, sobretudo nos operadores privados, ao dilema entre o desejo de manter a audiência infantil e o desejo de a incorporar na audiência familiar.

Relativamente aos períodos de paragem lectiva, verifica-se que as estações televisivas tendem a manter, durante as férias escolares, tempos de emissão equivalentes aos das semanas regulares (embora apostem em conteúdos relacionados com a quadra que se esteja a celebrar), o que pode estar relacionado com o facto de as crianças passarem actualmente mais tempo em instituições educativas do que em casa, mesmo no período de férias escolares, vendo, por isso, menos televisão. De acordo com os dados recolhidos através das entrevistas aos responsáveis pela programação das estações em estudo, o facto de se registarem mais alterações nas grelhas do período de Natal do que na do período da Páscoa é, por seu lado, indicador de um maior investimento publicitário na época natalícia, que pode justificar e compensar uma maior aposta e um maior investimento nos programas para crianças.

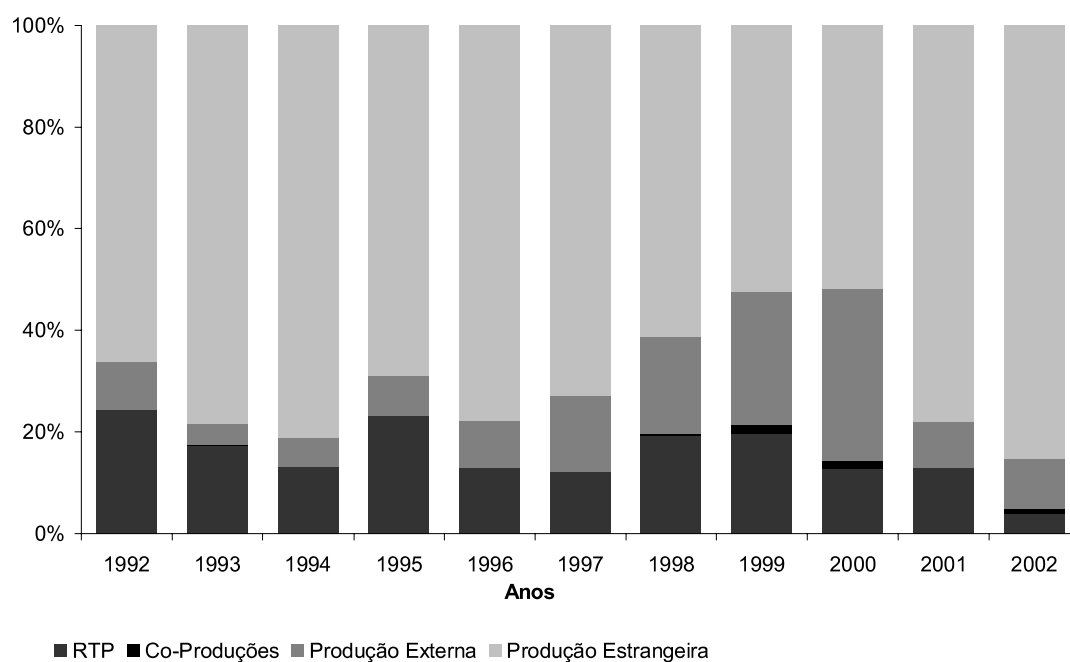
As mudanças no horário dos programas para crianças reflectem, obviamente, mudanças mais amplas na televisão em geral, como as informações provenientes das entrevistas nos permitem confirmar. A programação para crianças não está apenas sujeita à concorrência entre canais (as batalhas de audiência sobre os programas infantis começam também a travar-se com os canais especializados oferecidos através da rede

de televisão por cabo), mas também a pressões internas à própria estação – porventura mais determinantes e condicionadoras da programação – e a constrangimentos de departamentos mais poderosos ao serviço de outras audiências com maior valor de mercado.

No que diz respeito à televisão de serviço público (RTP), o discurso e a prática nem sempre se mostraram coerentes. Se, por um lado, queriam fazer da programação infantil uma das suas bandeiras de identidade, por outro, limitavam os orçamentos e reduziam ou eliminavam mesmo das grelhas (como aconteceu em determinado período de tempo) os espaços dedicados aos mais novos.

Figura 7

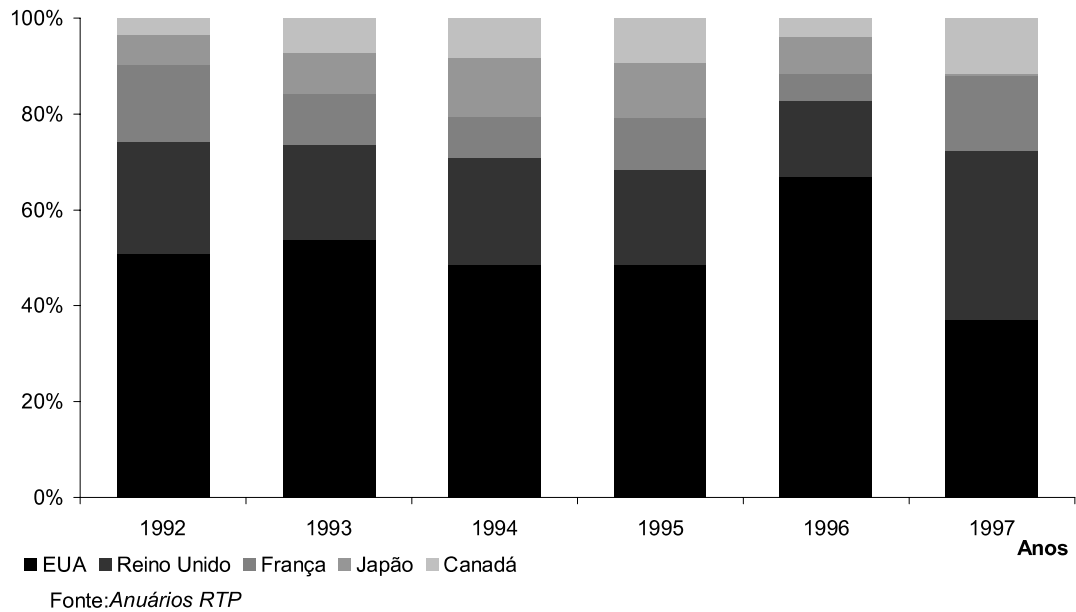
### Origem da programação infantil e juvenil RTP1 e RTP2, 1992 – 2002



Fonte: Anuários RTP

Figura 8

**Principais origens da programação estrangeira, RTP1 e RTP2, 1992 – 2002**

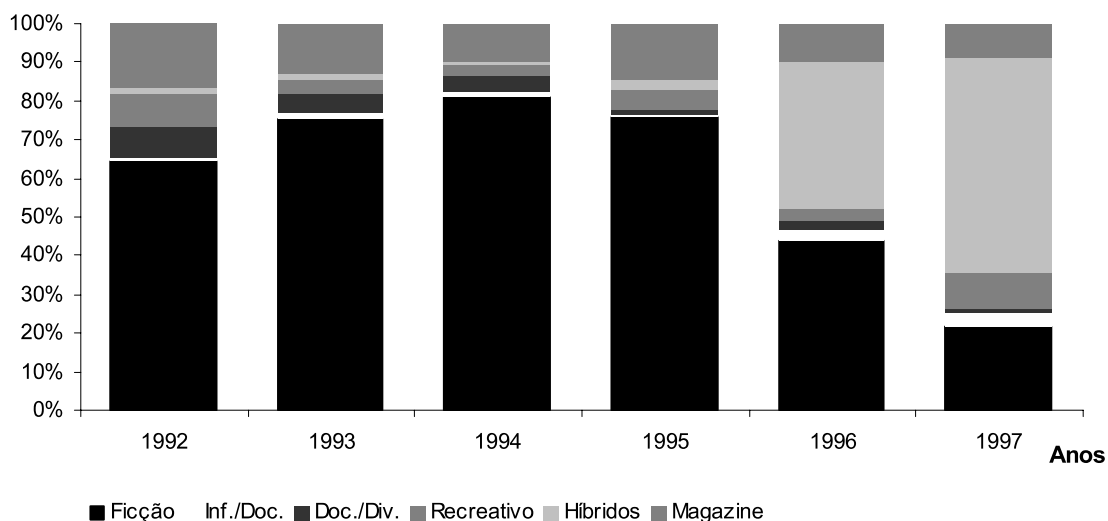


As grelhas de programação infantil da estação de serviço público não seguem sempre a mesma filosofia de intervenção: há períodos em que esta filosofia se orienta pelos princípios da qualidade e da diversidade, oferecendo às crianças uma programação que se caracteriza pela diferença (em relação à dos privados), apostando na diversidade de géneros, conteúdos, temas, formatos, personagens, horários de emissão e públicos-alvo; e há outros em que se assiste à substituição dos critérios de qualidade pelos critérios das audiências. Nestes períodos, a programação submete-se às regras do mercado, imperam os índices de audiência, que se tornam legitimantes das decisões da programação, afastando-se do figurino de serviço público de televisão.



Figura 9

**Principais géneros de programas, RTP1 e RTP2, 1992 - 2002**



Fonte: *Anuários RTP*

Assiste-se, pois, ao longo dos anos em estudo, a um balançar entre oferecer às crianças uma programação diferente, alternativa, com uma identidade própria, e uma programação marcadamente comercial.

Esta oscilação ao nível da programação para crianças estará com certeza relacionada com as políticas e as filosofias de programação da televisão pública vigentes nesses momentos e com a forma como as crianças são vistas e concebidas pelos diferentes responsáveis pela área da programação: se é dada maior importância ao seu valor comercial, em termos de publicidade e de *merchandising*, ou se é dada maior importância ao seu valor simbólico, de crianças cidadãs com direitos próprios e específicos.

Foi também possível detectar tendências ao nível das formas de apresentação dos programas e dos seus géneros. A ficção sempre dominou as grelhas em todos os canais, embora se verifique um domínio quase pleno deste género de programas a partir da segunda metade da década de noventa.

Os orçamentos para os programas infantis parecem não ter crescido em proporção ao aumento do número de horas de emissão, situação que conduz à oferta de programas com custos de produção mais baixos (comparativamente aos custos de produção de um programa desenhado especificamente para as crianças) e a repetições.

A multiplicação de canais televisivos não teve como corolário um aumento da diversidade na oferta de programas. As grelhas de programação infantil compõem-se essencialmente de ficções e a animação (vendida facilmente nos mercados internacionais, passível de várias repetições e com uma vida de ‘prateleira’ longa) ocupa um lugar privilegiado em todos os canais.

Registam-se poucos programas de produção nacional, desenhados e produzidos especificamente para as crianças. Destacam-se, no entanto, alguns programas emitidos pela RTP, muito embora, atendendo ao seu papel de televisão de serviço público, a RTP pudesse ter apostado mais fortemente em programas de produção nacional, pensados especificamente em função dos interesses, necessidades e realidades sociais e culturais das crianças portuguesas – compromissos, aliás, expressos no *Contrato de Concessão de Serviço Público*.

No início da década de noventa, a grelha de programas infantis da RTP era mais diversificada em géneros de programas. A partir dessa altura, com a entrada dos operadores privados, a lógica económica apareceu a ditar a mudança de programas de informação e séries documentais para mais programas de ficção. Esta tendência da programação, que caracteriza a oferta geral e não apenas a dirigida às crianças, foi amplamente enfatizada por vários autores, por exemplo, Corset, 1991; Kunkel, 1993; Bustamante, 1999; Contreras e Palácio, 2001; Cortés, 2001, entre outros.

Estes dados do estudo confirmam os resultados de outros trabalhos realizados neste domínio noutros países europeus, nomeadamente em França (Corset, 1991; Baton-Hervé, 2000) e Inglaterra (Buckingham, 1999; Davies & Corbett, 1997), no que diz respeito aos ‘programas contentor’. Tal como aconteceu nas grelhas de programação para os mais novos daqueles países, os ‘espaços contentor’ tornaram-se, ao longo dos anos noventa, uma categoria significativa da oferta dos canais generalistas portugueses. Nestes espaços, a estação actua como distribuidora de programas de produção estrangeira adquiridos nos mercados internacionais, se bem que ‘embrulhados’ com o ‘papel’ próprio de cada estação, contando também com animação em estúdio e

passatempos. A parte da produção própria de um 'contentor' é minoritária no que diz respeito ao volume total de horas de duração.

Quanto aos públicos-alvo deste tipo de programação, verifica-se também pouca diversidade a este nível. Nas televisões privadas, há nitidamente um público-alvo privilegiado, que corresponde à faixa etária 7-12, apesar de programarem também especificamente para as crianças mais novas. A estratégia principal das estações é arrastar as crianças que estão abaixo daquele segmento etário e conseguir cativar também os que já o ultrapassaram. A programação da RTP é a que apresenta maior diversidade em termos de públicos-alvo, embora apresente, também a este nível, alguma irregularidade ao longo dos anos. Todavia, a televisão de serviço público é a que tem tido maior preocupação em programar para os diferentes segmentos etários que compõem o público infantil e a que tem dedicado mais atenção às crianças em idade pré-escolar e até mesmo a crianças com idades inferiores.

Ao longo dos últimos dez anos, as crianças em idade pré-escolar tornaram-se o principal alvo do mercado para venda de vídeo-cassetes (Mares, 1998; Pecora 1998). Esta situação pode ter provocado um impacto negativo junto dos operadores de televisão, principalmente dos privados, levando-os a apostar pouco em programas para este segmento etário e para segmentos ainda mais baixos, embora os pretendam atrair através de séries de animação dirigidas a crianças mais crescidas. Curiosamente o sistema de classificação da audiência só começa aos 4 anos de idade e este é o sistema usado para estabelecer as taxas de publicidade, o que pode também contribuir para um certo 'abandono', por parte dos privados, destes grupos etários. É mais fácil atrair as crianças mais pequenas para programas dirigidas a um segmento etário mais alto do que o contrário.

A análise das grelhas de programação entre 1992 e 2002 sugere mudanças ao nível dos tempos de emissão dos programas infantis, da sua localização nas grelhas e das formas de apresentação. Todavia, é preciso ter presente que houve também mudanças na forma de 'ver televisão' e no seu significado, assim como mudanças na forma de conceber as crianças, a infância e a própria audiência infantil.

As características da programação televisiva para as crianças e os modelos de programação seguidos pelas três estações televisivas variam ao longo do tempo e

respondem a factores conjunturais e à própria evolução do contexto social em que se desenvolve a actividade televisiva.

Recorrendo a uma imagem sugestiva de David Buckingham (1999: 115), “*o jardim foi substituído pelo campo aberto*”, ou seja, as crianças têm agora à sua disposição um maior número de canais, uma maior variedade de ecrãs e de equipamentos tecnológicos, embora possam também ter mais e maiores dificuldades em encontrar e identificar o ‘seu’ espaço entre a proliferação de meios disponíveis.

No que diz respeito aos discursos produzidos pelos profissionais do meio televisivo, aqueles encontram-se marcados pelos contextos do exercício da sua actividade. Com base na ‘teoria da estruturação’ de Anthony Giddens (1987) pode-se afirmar que aqueles profissionais, através da sua acção, produzem e reproduzem o sistema televisivo sendo também, de alguma forma, produto desse sistema. Este condiciona e influencia a acção dos agentes mas as suas propriedades são, ao mesmo tempo, condição e resultado da acção daqueles. As entrevistas codificam opiniões, convicções e ideias embebidas em hábitos de trabalho quotidiano, interpretações do passado e conjecturas acerca do futuro. A propósito dos tópicos oferecidos para discussão, os entrevistados seleccionaram características particulares que consideraram relevantes, oferecendo uma visão e construindo uma representação sobre a temática em estudo. O que disseram, ou o que quiseram dizer, é fruto do entrelaçamento entre questões de política e de cultura institucional, por um lado, e de cultura profissional e orientações ideológicas dos indivíduos, por outro. Os entrevistados tinham posições a defender e, alguns deles, interesses a salvaguardar, sendo, por isso, significativo e pertinente observar os aspectos que cada um acentua, mas também os que são implicitamente sugeridos. Os programadores, em particular, embora por vezes orientem a sua acção por um conhecimento prático guiado por preocupações de funcionalidade (quando se programa com base no reconhecimento intuitivo do que pode ser um bom produto ou uma ‘boa’ grelha), possuem e revelam uma consciência discursiva (Giddens, 1987), isto é, uma capacidade de explicitação das razões da adopção de uma certa conduta e de determinados critérios na sua *performance*.

A análise das entrevistas oferece pontos de vista diversos e, por vezes, contraditórios, relativamente à programação para a infância, sobre as suas tendências, os seus conteúdos, sobre o que deve ou não deve ser feito nesta área. O que parece certo é a importância que lhe é atribuída. Todos concordam que a audiência infantil é ‘uma

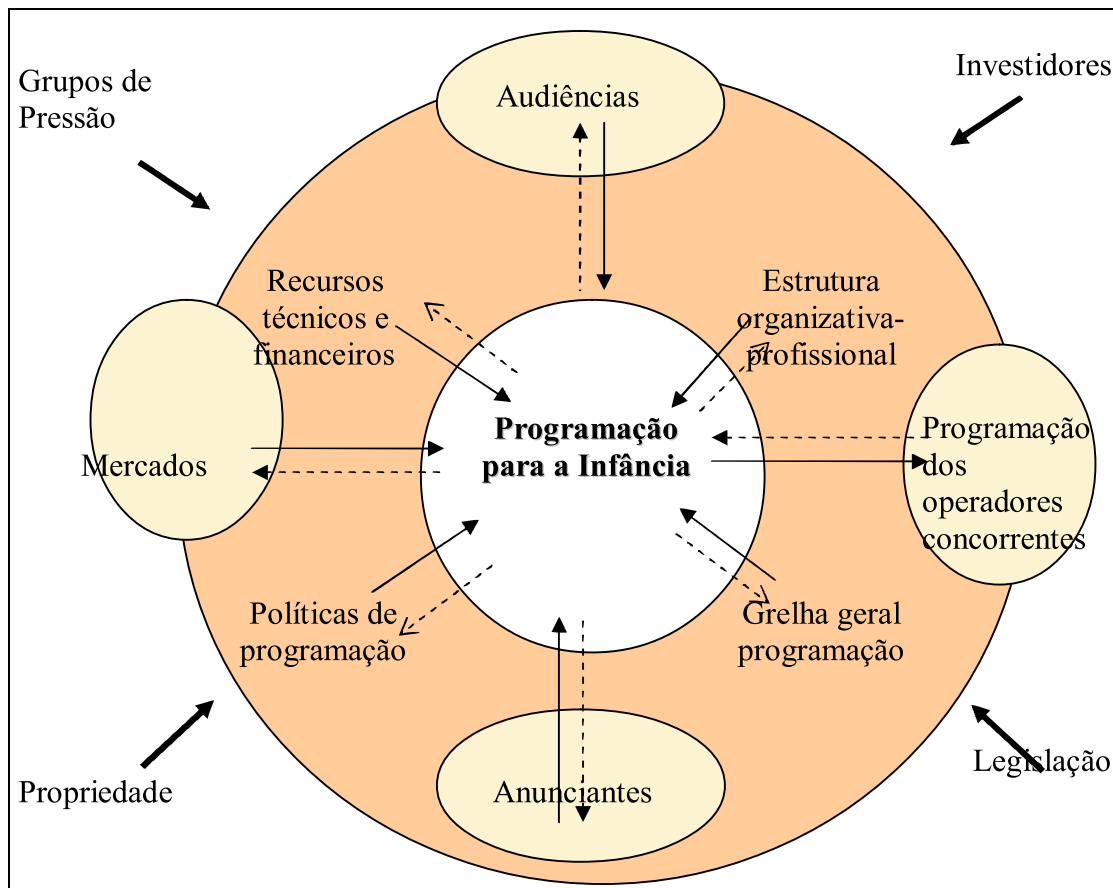
audiência especial', com características específicas, que a distingue da audiência adulta. O que é mais controverso é quando estas características são entendidas como interesses ou desejos que as crianças podem não possuir conscientemente, mas que lhes são atribuídos pelos programadores com o objectivo de promover o bem-estar dos mais novos; ou então, como interesses expressos nos índices de audiência, que são, frequentemente, o alicerce das políticas de programação dos operadores privados.

Relativamente aos factores que condicionam a programação (Figura 10), a dimensão económica é a que mais peso e mais influência tem na construção da grelha. Dela depende o tipo de produtos que vão ser oferecidos, podendo também influenciar os espaços de emissão (duração dos blocos) e a sua localização na grelha. A estrutura organizativo-profissional é um outro factor que condiciona a actividade de programar. As políticas de programação das estações, mas também o perfil profissional dos responsáveis por esta área, são aspectos determinantes do tipo e das características da oferta.

Já no que concerne aos critérios implicados na concepção da programação, os índices de audiência, a idade e o sexo das crianças, a concepção de público infantil e a forma como é percebido o papel da televisão na vida das crianças, são factores que intervêm, de forma decisiva e marcante, nesse processo.

Figura 10

**Factores que condicionam a programação para a infância**



A grande maioria dos entrevistados supõe uma correspondência entre serviço público e qualidade da programação e, apesar de considerar que esse serviço pode ser extensível a todos os operadores, defende que deve ser uma responsabilidade e uma prioridade da televisão pública. Embora admita compreender a lógica de mercado, considera que as regras da oferta e da procura não devem ser o único critério de acção social dos operadores. Não obstante a liberalização do mercado, a programação televisiva, especialmente a que é dirigida a um público que está em desenvolvimento, e independentemente de ser emitida por operadores públicos ou privados, deve ser balizada, segundo aqueles entrevistados, por um conjunto de preocupações de natureza cívica, cultural e educativa. Em todo o caso, atribuem ao operador público um conjunto de obrigações específicas.

Os próprios profissionais da televisão pública aceitam a atribuição destas obrigações, sentindo a responsabilidade de oferecer às crianças uma programação que possa ser alternativa à das estações privadas, capaz de interessar e de ir ao encontro das necessidades e capacidades dos distintos segmentos que compõem a audiência infantil. Para eles, agradar às crianças é uma condição necessária mas não uma condição suficiente. No discurso destes profissionais, depreende-se que as crianças não são encaradas como meros consumidores, mas sobretudo como cidadãos em formação, sendo por isso tão importante, ao nível das suas políticas de programação, aquilo que fazem como aquilo que não fazem nem permitem que se faça nos espaços para os mais novos.

A estação pública é a única que dispõe de um departamento autónomo de programação para a infância, encontrando-se esta área, nas estações privadas, agregada a outras direcções, nomeadamente a direcção de programas nacionais e a direcção de programas internacionais. O facto de estas estações não disporem de uma unidade autónoma para pensar e programar a oferta para os mais novos não as tem impedido de atender a este público. Portanto, não é apenas através da existência, ou não, de um departamento ou de um serviço específico para os mais novos que poderemos tirar ilações, quer em relação ao interesse e atenção que as estações põem neste público específico, quer em relação à qualidade da programação que lhes oferecem. O orçamento que disponibilizam para esta área, os tempos e os horários que lhes reservam na grelha de programação, a oferta de programas diversificados quanto ao género, ao formato, à origem e aos conteúdos, a atenção aos diferentes segmentos que constituem o público infantil, os profissionais responsáveis por esta área (a sua formação, experiência, motivação e sensibilidade), são outros tantos factores que tem de se atender. Aliás, pelo que foi possível apurar na realização do estudo empírico, ao longo do período em estudo nem sempre se verificou uma correlação positiva entre os factores 'existência de um departamento específico' e 'maior qualidade da programação para crianças'. Razões de ordem conjuntural (instabilidade da empresa, mudança ao nível da administração e das direcções, orçamentos fracos, entre outras), deixaram, por vezes, o departamento à deriva, sem objectivos e sem rumo.

Contudo, parece-nos importante que uma área de programação tão específica como esta, que se dirige a um público também ele com a sua especificidade, possa dispor de um serviço autónomo com capacidade para reivindicar e negociar com as outras áreas da

programação. A existência de um serviço autónomo pode também contribuir para a construção de um ‘saber-fazer’ nesta área e permitir à equipa procurar caminhos diferentes e inovadores, como, aliás, a RTP tem apresentado sinais neste sentido. Para além destes aspectos, a constituição de um sector específico neste domínio poderá também proporcionar a especialização e o desenvolvimento de competências profissionais neste tipo de produtos e de público, bem como a criação de uma tradição e de uma memória.

O que se acabou de referir deve ser particularmente reforçado no seio de uma televisão pública, tanto mais que, como se referiu anteriormente, de acordo com o quadro legislativo português e no que às crianças diz respeito, apenas o serviço público de televisão se encontra expressamente obrigado a considerar a produção e emissão de programas dirigidos à geração mais nova.

## **8. Síntese final**

Na análise do meio televisivo é possível encontrar, nos conteúdos e nas formas difundidas, um campo da sociedade ‘se dizer’ a si própria, de ‘se dizer’, neste caso, sobre as crianças e sobre a infância. Partindo da ideia partilhada por González Requeña (1988: 23) de que o discurso televisivo se refere “*aos discursos que alimentam as programações televisivas, não enquanto discursos autónomos, mas como fragmentos de um discurso mais amplo*”, julgamos que, ao analisar como os distintos programas se articulam numa programação e como esta exprime e dá corpo a um fluxo, é possível identificar o lugar e a importância da programação para a infância no macro-discurso de cada estação televisiva. Identificar o lugar deste discurso permite, por sua vez, conhecer a importância e o valor que as crianças e a infância assumem no quadro da televisão (portuguesa).

Neste sentido, esta pesquisa representou, em nossa opinião, um importante contributo não apenas para o estudo da relação crianças–televisão, mas também, de uma forma mais vasta, para a compreensão e análise da relação entre a televisão e a sociedade, consideradas agentes de produção e expressões produtivas uma da outra.

Como observou Umberto Eco (1991: 356), toda a mensagem televisiva pressupõe uma “interpretação” e uma “escolha”. Na análise da construção da programação para a infância vimos como esta actividade é informada pelas escolhas de quem a elabora e



pelas orientações da respectiva estação. Assim sendo, pode-se encontrar representações sobre a infância e as crianças na oferta pensada estrategicamente para o público infantil. Na linha de pensamento de González Requeña, a programação para a infância apresenta-se como um discurso dentro do macro-discurso de cada estação televisiva.

A televisão para crianças, tal como a literatura infantil, não é produzida *por* elas mas *para* elas (Buckingham, 2000). Neste sentido, os programas que os adultos produzem e difundem para o público infantil representam construções dos adultos sobre a infância. Como tal, a televisão para crianças pode talvez ser vista como um reflexo dos interesses, dos desejos e das fantasias não das crianças mas dos adultos sobre as mesmas. Estes programas são bem o lugar de uma elaboração do pensamento sobre as crianças e sobre a importância e o papel da televisão nas suas vidas quotidianas. Como sugere Buckingham (1999), as grelhas de programação para a infância são representações sugestivas sobre a audiência infantil, reflectindo suposições sobre os hábitos e ritmos de vida das crianças, os seus gostos, interesses e preferências.

Os resultados obtidos, bem a reflexão desencadeada pelos mesmos, leva-nos a concluir, usando as palavras de Edward Palmer (1988) que “tudo o que vemos na televisão para crianças reflecte a perspectiva de alguém. Os programas não ‘acontecem’ simplesmente; eles são o produto de uma determinada política – mesmo se essa política é a da indiferença e da negligência.”

## Bibliografia

Atwal, K., Millwood-Hargrave, A., Sancho, J. *et al.* (2003). *What Children Watch: An Analysis of Children's Programming Provision Between 1997-2001, and Children's Views*. Broadcasting Standards Commission and Independent Television Commission.

Baton-Hervé, E. (2000). *Les Enfants Téléspectateurs: Programmes, Discours, Représentations*. Paris: L'Harmattan.

Berry, G. (1993). Public Television Programming and the Changing Cultural Landscape In G. Berry & J. Asamen (Eds.), *Children and Television: Images in a Changing Sociocultural World* (pp. 291-295). Newbury Park: Sage Publications.

Blumler, J. & Biltereyst, D. (1997). *The Integrity and the Erosion of Public Television for Children. A Pan-European Survey*. A Monograph of Research Sponsored by the Center for Media Education, Washington D.C., The Broadcasting Standards Commission, UK, The European Institute for the Media, Düsseldorf, Germany, e European Broadcasting Union.

Brederode Santos, M. E. (1991). *Aprender com a Televisão: O Segredo do Rua Sésamo*. Lisboa: TV Guia Editora.

Buckingham, D. (2000). *After the Death of Childhood: Growing up in the Age of Electronic Media*. Cambridge: Polity Press.

Buckingham, D., Davies, H., Jones, K., & Kelley, P. (1999). *Children's Television in Britain: History, Discourse and Policy*. London: BFI Publishing.

Bustamante, E. (1999). *La Televisión Económica: Financiación, Estrategias y Mercados*. Barcelona: Gedisa.

Contreras, J. M., & Palácio, M. (2001). *La Programación de Televisión*. Madrid: Editorial Síntesis.

Corset, P., & Meissonier, A.-M. (1991). *L'Offre de Programmes pour les Jeunes*. Paris: Ministère de la Culture, de la Communication et des Grands Travaux et Institut National de L'Audiovisuel.

Cortés, J. A. (2001). *La Estrategia de la Seducción: La Programación en la Neotelevisión*. Navarra: EUNSA.

Davies, M. & Corbett, B. (1997). *The Provision of Children's Television in Britain: 1992-1996*. Broadcasting Standards Commission.

Eco, U. (1991). *Apocalípticos e Integrados*. Lisboa: Difel.

Giddens, A. (1987). *La Constitution de la Société*. Paris: Presses Universitaires de France.

González Requeña, J. (1988). *El Discurso Televisivo: Espectáculo de la Postmodernidad*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Kunkel, D. (1993). Policy and the Future of Children's Television In G. Berry & J. Asamen (Eds.), *Children and Television: Images in a Changing Sociocultural World* (pp. 273-290). Newbury Park: Sage Publications.

Mares, M-L (1998). Children's Uses of VCRs. *The Annals*, 557, 120-131.

- Mariet, F. (1989). *Laissez-les Regarder la Télé*. Paris: Calmann Lévy.
- Palmer, E. (1988). *Television and America's Children: A Crisis of Neglect*. Oxford: Oxford University Press.
- Pecora, N. (1998). *The Business of Children's Entertainment*. New York: The Guilford Press.
- Pereira, S. (1999). *A Televisão na Família: Processos de Mediação com Crianças em Idade Pré-Escolar*. Braga: CESC / IEC.
- Perez Tornero, J. M. (1994). *El Desafío Educativo de la Televisión: para Comprender y Usar el Medio*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Pinto, M. (2000). *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Porto: Afrontamento.
- Ponte, C. (1998). *Televisão para Crianças: O Direito à Diferença*. Lisboa: Escola Superior João de Deus.